



Relações de gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979)

Eloisa Rosalen

Mestranda em História Cultural

Universidade Federal de Santa Catarina

eloisarosalen@hotmail.com

AUTORIZA PUBLICACIÓN

A ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985) fez com que muitas pessoas buscassem o exílio como forma de preservar a vida, para escapar da repressão ou perseguição, banidas, por autoexílio, para acompanhar familiares, entre outros motivos. Com o término deste período ou até mesmo durante ele, muitas memórias vieram à tona, nas mais variadas formas, como: autobiografias, biografias, e entrevistas. São essas memórias objeto e fontes da minha pesquisa.

Busco analisar, a partir das memórias, como os/as exilados/as políticos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1979) elaboraram as suas experiências das relações de gênero no que diz respeito ao processo de deslocamento e à vida cotidiana no novo contexto (sociedade de destino). E como se este artigo é somente parte da pesquisa que venho desenvolvendo no mestrado em História/UFSC irei me limitar às análises de somente duas obras: *Memórias do exílio, Brasil 1964-19??* publicada em 1976; *Memórias (das mulheres) do exílio* de 1980.

O início dessa pesquisa se dá pensando de forma transversal o roteiro de perguntas elaborado por Nancy L. Green para aludir questões de gênero e movimentos migratórios: “Quantos homens e mulheres migraram?”, quais são “as representações de migrantes e migração?”, “como o gênero tem causado impacto na migração?”, e “como a imigração influencia as relações de gênero?” (GREEN, 2011). Assim, busca-se, a partir das questões sugeridas Nancy L. Green, observar se as relações de gênero de alguma forma influenciaram no processo do exílio político, e se estas relações mudaram no que diz respeito à vida cotidiana no novo contexto. Partindo da ideia de que os deslocamentos e a chegada a uma nova sociedade podem ou não tecer outros

comportamentos e relações de forças¹, onde procurarei verificar se de alguma forma os “papéis” de gênero mudaram ou são reforçados e de que maneira isto aconteceu.

Nesse sentido, utilizo a categoria gênero para essa análise, já que possibilita compreender as relações complexas entre diversas relações humanas (SCOTT, 1995). Torna-se, deste modo, minha lente de “percepção através do qual, nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino”(SCOTT, 2012, p. 332) posto que justamente busco perceber como se deram as relações de gênero tanto no deslocamento quanto na vida cotidiana dos/as exilados/as políticos, e se houveram mudanças a respeito. Para tanto, para Scott, essa categoria é uma “maneira de indicar as ‘construções culturais’ - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivas sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75).

Também utilizo da definição de subjetividade realizada pela historiadora Luisa Passerini, que entende a memória como uma forma de subjetividade (PASSERINI, 2011), que explica que existem três áreas de significados no âmbito histórico. O primeiro ligado ao processo decisional e quem são estes sujeitos; o segundo refere-se ao caráter de patrimônio herdado em relação ao tempo e espaço; e o terceiro diz respeito à intersubjetividade (PASSERINI, 2003). Para a pesquisa, de modo geral, penso mais nos dois primeiros significados. Tentando, inicialmente, perceber nos relatos de memórias como se deu a capacidade decisional do deslocamento e se de alguma forma isto está atrelado às relações de gênero, família, entre outras questões que podem surgir. E, obviamente, relacionando à dimensão de espaço e tempo, tanto do que foi relatado quanto do momento do relato.

Antes de prosseguir, cabe comentar que o entendimento que tenho a respeito da categoria exilado/a é que ela é historicamente datada, já que e/imigrantes e exilados/as sempre existiram na história da humanidade, mas no tempo presente assumem configurações diferentes e são totalmente atreladas à concepção de estados nacionais. Torna-se difícil defini-lo/as a partir dessas categorias sem complexificá-las, porque a

¹ E obviamente não só com os deslocamentos.

linha que ‘separa’ as categorizações é muito tênue, sendo que muitas vezes os termos são imprecisos e intercambiáveis.²

Por isso, cabe ainda destacar que, segundo Denise Rollemberg, o exílio está longe de ser uma experiência homogênea, já que as vivências foram as mais variadas a começar pelo *tipo de exilado* (ROLLEMBERG, 1999), como: quem foi banido/a³; os que decidiram partir; quem era alvo de perseguição da polícia ou estava em confronto direto com a ditadura; quem não era alvo da polícia política, mas se exilou para acompanhar o cônjuge ou genitores; entre outros *tipos*. Sobretudo, cada sujeito teve um deslocamento e vida cotidiana de forma diferente, conseqüentemente cada qual foi marcado de formas diferentes pelo exílio. Marcas que foram vivenciadas, e se tornam presentes nos relatos de memória, que foram escritos durante ou posterior ao exílio.

De modo organizativo do artigo, em um primeiro momento busco historicizar as obras que escolhi para este texto, a fim de relacionar com os seus contextos e suas respectivas intencionalidades. E em um segundo momento refletir sobre o exílio durante a ditadura, examinando os/as exilados/as neste processo de deslocamento e gênero, e, assim, analisar as obras citadas anteriormente a partir do objetivo proposto.

As Memórias do Exílio

Memórias do exílio, Brasil 1964-19??, publicada em 1976⁴, organizada e dirigida por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos, com o patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré, é uma obra de depoimentos recolhidos cuja “intenção primária era a de documentar as experiências do exílio em toda a sua diversidade” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, P. 17). Sobretudo, o objetivo era de que “estas *Memórias* deveriam documentar não só os projetos políticos globais dos exilados brasileiros, como também a convicção específica de que o direito à

² Não é alvo deste artigo discutir as categorias, entretanto tenho plena consciência de suas complexidades e venho realizando um debate a respeito para a pesquisa. Esse debate se pauta em autores como Castles (2005), Said (2003) e Sayad (1998).

³ Conforme Reis (2014) “O governo inventa os meios legais como quer, como a figura jurídica do banimento, criada para permitir a libertação dos 15 presos trocados pelo embaixador americano em 1969”. Apesar de que, isso não acontecem somente em ditaduras, como nos lembra Agamben (1996).

⁴ Primeira edição mundial foi feita em 1976, mas a primeira edição no Brasil foi em setembro de 1978.

liberdade de opinião deve ser parte das razões que podem justificar o próprio exílio” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 17).

Inicialmente o projeto, que começou no ano de 1974, enviou cerca de 1500 convites para brasileiros/as solicitando que escrevessem de 15 a 20 páginas sobre uma série de temas relacionados sobre o exílio, mas as respostas que tiveram foram poucas e aos poucos (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.10). O que fez com os organizadores mudassem de ideia e passassem a fazer entrevistas, resultando em cerca de 2.000 páginas de “memórias” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.11). Para tanto fizeram uma seleção, que conforme menciona da introdução da obra, estabeleceu a seguinte classificação: 1. Lugares; 2. Datas; 3. Sexo; 4. Profissão; 5. Política; 6. Tipos de texto; 7. Temas desenvolvidos no texto; 8. Tamanho do texto (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.18).

Em contraposição ao primeiro projeto, Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima, dirigiram e editaram a obra *Memórias (das mulheres) do exílio*, publicada em 1980, dos depoimentos recolhidos através de mais de 2000 convites para a escrita (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 22). O material também foi selecionado de acordo com os seguintes critérios: 1. Idade; 2. Background social; 3. Situação familiar; 4. Relação com a política; 5. Época de saída do Brasil; 6. Razão de saída; 7. Condições da partida; 8. Países de exílio (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 22). As organizadoras deram outro título e explicaram na introdução o porquê de uma obra dedicada somente às mulheres:

Talvez porque nem sempre as mulheres se sentiram incluídas quando partiu o convite inicial para que os exilados escrevessem as suas memórias. Talvez porque não se considerassem exiladas, ou não fossem como tais consideradas pelo projeto, aquelas cujas vidas foram profundamente afetadas por acompanharem marido, companheiro, filhos, pais. Certamente porque constatamos que as mulheres, em seus depoimentos no primeiro volume, situavam-se quase que exclusivamente como militantes políticas, deixando apenas entrever – o fato de serem mulheres. E, sobretudo, porque partimos de nossa própria condição, sabendo que o que queríamos dizer era de mulheres. Era a nossa ótica. Era a tentativa de recuperar a nossa experiência no que ela tem também de específico, torná-la descritível para transmiti-la. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 22)

Penso nessas memórias, e incluí os trechos que pretendo utilizar, como um material produzido a partir de um determinado grupo: os/as exilados/as. Estas obras nasceram devido as interações sociais vividas pelo grupo e nisto percebo que as memórias são negociadas, selecionadas e enquadradas. (POLLAK, 1986). Isso, sobretudo, se considerarmos a ‘imagem’ que os organizadores pretendiam transmitir a partir do momento da seleção do que era ou não prioridade para as publicações das obras, já que uma parte do material recolhido foi deixada de fora.

A partir disso, principalmente, percebo que a primeira obra, publicada em 1976, está extremamente marcada por uma intenção de denunciar as atrocidades da ditadura, a partir da narração das suas próprias trajetórias, em um contexto em que não se visualizava o fim do regime. Diferentemente, apesar dos depoimentos serem recolhidos antes de 1979 e também buscarem fazerem denúncias contra a ditadura, a segunda obra está assinalada pela iniciativa de mulheres; ela traz depoimentos em que as próprias depoentes narram as suas trajetórias, a fim de explicitar e colocar na ‘história’ as suas experiências como mulheres, já que consideram não terem sido contempladas pela primeira obra.

Percebo que no primeiro livro, com depoimentos em sua grande maioria de homens⁵, o exílio quase não aparece retratado se comparado às outras questões levantadas. Sobretudo, os depoimentos exprimem questões como: a trajetória de militância; a luta contra a ditadura ou outras lutas políticas ligadas a ideia de revolução; análise de conjunturas do Brasil e do Chile (lugar em que muitos fizeram o primeiro exílio); entre outras. Mas apesar disso, em menor proporção, alguns pontos sobre o exílio em si podem ser levantados, como: o sentimento de pertença ao Brasil, de transitoriedade do que estavam vivendo, o sentimento de estrangeiro no país no qual está vivendo; o trabalho no qual estão inseridos no exílio; o fato de ser ou não enquadrado como refugiado político; entre outros pontos.

Já no segundo livro, observo que os relatos do segundo livro estão pautados sobre: a trajetória de vida; a trajetória de militância política; a vida no exílio; a tomada de consciência sobre sua situação enquanto mulher; a família, o casamento, os/as filhos/as, e o marido; os vários exílios e o que eles modificaram em suas vidas; o

⁵ Dos vinte relatos e um dossiê, apenas cinco são dedicados às mulheres.

trabalho que desempenharam no exílio; a tomada de decisão do exílio, e a quem ela coube; as dificuldades enfrentadas ao longo da trajetória por ser mulher; entre outros.

Esse último ponto me parece o mais interessante, já que traz o grande diferenciador das duas obras. Na segunda obra estão presentes os relatos, opiniões e percepções, focalizando a situação peculiar que cada uma dessas mulheres viveu, ao longo das suas trajetórias, pelo fato de ‘ser mulher’. Isso tudo, como dito, em oposição ao primeiro livro, e, sobretudo, ao sujeito universal masculino que parece estar representado nele. Entretanto, é importante lembrar que o segundo livro fez parte do projeto memórias do exílio, conforme pode ser visto na contra capa, o me faz pensar que essa oposição se colocou em consonância ao projeto maior, que era de trazer narrativas do exílio.

Por último, é importante destacar sobre o que os homens e as mulheres narram em seus relatos em relação às divisões das esferas (público e privado) presente nos anos 70. De modo geral, considero que o primeiro livro estava pautado por uma ideia de política marcada pela separação dessas esferas, expostas a partir das análises de conjunturas expressadas na grande maioria dos depoimentos e no fato de que os relatos eram somente de militantes de organizações. Já, no segundo livro, a insígnia das esferas quase não aparece, onde as mulheres tratam dos mais variados assuntos e com uma mescla deles, já que para o feminismo de segunda onda, do qual algumas dessas mulheres eram militantes, o pessoal também é político. O que nos faz pensar que essas memórias de mulheres estavam perpassadas por inter-relações com o feminismo de segunda onda.

Deslocamento e relações de gênero

Nesta parte pretendo perceber dentro destas duas obras se de alguma forma os deslocamentos foram assinalados pelas relações de gênero, isto é, se as pessoas se deslocaram para acompanhar seus parceiros afetivos ou suas parceiras afetivas, pensando quem fez isso de modo mais constante, quais foram os papéis aceitos e se isso passou ser conflituoso devido as novas situações. Partindo para os relatos em si, e analisando a partir do que foi narrado sobre o processo de exílio, escolhi alguns dos

depoimentos em que ficava mais explícita o que pretendo com essa pesquisa. Por considerar a existência de uma heterogeneidade nos exílios destes sujeitos, entendo que cada situação que se coloca influencia e é influenciada no modo como viveram as suas experiências e seus respectivos relatos sobre elas.

O primeiro deles é de Maricota da Silva, que não deu detalhes sobre o seu marido e a militância dele, mas já na primeira página abre com a seguinte fala “Eu acho que eu nunca estaria aqui se não fosse mulher. Estou aqui porque estou acompanhando marido, então, há realmente a tal condição de esposa, e como esposa [...] tenho que acompanhar o marido aonde ele estiver” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 33). Para ela, que se exilou na França, se pudesse escolher “se me tivesse dado essa possibilidade, eu diria não, e nunca...” teria a vontade de sair de lá (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 38). Fica visível que não queria em nenhum momento ter deixado o Brasil, e que isso só deu pela relação com o marido.

Já Eny⁶ em seu depoimento fala que reconhece “claramente que ele tinha problema e eu não tinha” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 211). O seu marido ficou preso por um ano e oito meses e foi banido em 1971 e exilou-se no Chile aonde Eny foi encontrá-lo, juntamente com as crianças. Da mesma forma que os dois depoimentos, apresentados anteriormente, encontrei o Therezinha Rabelo, que fala “Para todos os efeitos, não tinha nenhuma participação ativa naqueles acontecimentos, mas na realidade eu os vivia intensamente, nervosamente.” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 189).

Para Fátima Freire Dowbor e Elza Freire, ambas da mesma família, isso também se constatou. Segundo a primeira, filha de exilado, “o que mais me dói de vez em quando em tudo isso é ver que em todo esse negócio, pá, eu não tive nenhuma ação direta. Nada, nada. Saí do Brasil, indiretamente... pai exilado e depois continuo no exílio por ser mulher de um banido.” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 104); e já para a segunda, esposa de um exilado, ao narrar como foi a saída, apresenta que “Paulo saiu primeiro, foi para a Bolívia já com cargo no Ministério da Educação. Em janeiro de 65, eu e os filhos fomos encontrá-lo no Chile. Politicamente eu não tinha problema nenhum.” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 201).

⁶ Foi apresentando somente o primeiro nome.

Percebo com o depoimento dessas mulheres que elas foram extremamente marcadas pelas suas relações afetivas e de gênero, presente, sobretudo, nos espaços de sociabilidades que viviam no Brasil. De certa forma isso foi determinante para que elas acompanhassem os seus maridos no processo de exílio e influenciou no processo ‘decisional’ do deslocamento para o exílio.

Nesse sentido se torna emblemático o depoimento de Zuleika Alambert. Nele ela fala que resolveu formar um primeiro agrupamento de mulheres brasileiras no Chile, denominado *Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior*, por perceber que:

eu via as mulheres muito dependentes dos seus maridos. A maioria dos exilados eram homens, que levaram as suas famílias. Então as mulheres eram as mulheres dos exilados. O que não quer dizer que não houvesse algumas dezenas que tivesse participado em ações políticas no Brasil, e por causa disse tivessem também de buscar o exílio. Mas a grande maioria estava lá em função dos maridos e eram as grandes marginalizadas. Marginalizadas da sociedade chilena, porque não eram chilenas, não falaram nem a língua. Marginalizadas como mulheres dentro das suas famílias, porque os homens eram políticos, continuavam as suas ações, e elas ficavam em casa. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p.60-61).

Sobretudo, vejo a partir dele, o registro de uma mulher exilada que se deslocou pela situação de participação política no Brasil, e percebe, ao olhar a sua volta, o quanto algumas mulheres estão marcadas e determinadas por suas relações familiares. Isso tudo ao ponto de entender e buscar auxiliá-las na tentativa de criação do Comitê de Mulheres⁷.

Nos dois livros aqui analisados, somam-se os relatos das mulheres que foram levadas ao exílio pelos maridos, pais ou até patrões. Pelas contas que fiz dos trinta e dois depoimentos individuais (não inclui a parte denominada *Circulo*) no livro *Memórias (das mulheres) do Exílio*, dez foram as mulheres que saíram para acompanhar o marido, pais ou patrão, sendo que uma dela fez isso nos dois primeiros exílios e no terceiro foi por conta; duas foram as mulheres banidas por conta da militância política; três saíram porque estavam sendo perseguidas (sendo que uma delas – Vânia - levou o

⁷ O *Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior* teve sua primeira tentativa no Chile, por iniciativa de Zuleika Alambert (conforme Back (2014)) e buscava criar um espaço de debate para as mulheres que se encontravam duplamente marginaliza conforme foi visto no depoimento citado.

marido, que será alvo de análise abaixo); sete foram por autoexílio; duas por uma decisão conjunta com o marido; e oito não deram detalhes a respeito.

No primeiro livro, *Memórias do Exílio*, nos cinco depoimentos de mulheres todas elas foram marcadas pela perseguição política em maior ou menor escala. Porém tem três depoimentos não dão detalhes se foram acompanhadas; uma narra que foi sozinha por autoexílio, e uma conta que estava com o marido quando foi ao exílio, em que ambos eram militantes.

Diferentemente nos depoimentos dos homens o fato de ter ou não levado sua esposa e filhos/as quase não está presente. Dos quatorzes depoimentos de homens a conta que fiz traz: nove depoentes que não falam sobre o assunto; um que saiu conjuntamente com a esposa e narra sobre isso; dois que falam abertamente que levaram filhos e esposa (José Maria Rabello e Francisco Julião que serão alvo de análises abaixo); um que conta ter deixado a esposa e filhos; e um que era frei, portanto, não tinha esposa e filhos (ao menos não oficialmente). Isso se deu talvez porque de fato não levaram ou porque não consideraram como algo importante a ser narrado neste livro mediante as outras questões que pareciam mais pertinentes.

Dos relatos que mencionam terem levado a esposa e filhos, o primeiro é de José Maria Rabello⁸. Ele foi o fundador do jornal *Binômio* de Minas Gerais, e com o golpe em 1964 logo se exilou. Primeiramente ele foi para a Bolívia, depois para o Chile, e por último para a França. A fala dele (e nada mais) sobre a esposa e filhos/as, está pautada em relatar o auxílio que tiveram com relação ao deslocamento da família (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 173-174), já que partiram posteriormente a ele, e o processo de adaptação e aprendizado que os filhos tiveram nos países pelos quais a família passou (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 173-174).

O segundo relato que conta ter levado esposa e filhos foi de Francisco Julião, deputado federal que foi cassado em 1964. Ao falar sobre a sua família e o exílio, narra que ficou no México “Enfermo, com 300 dólares, a companheira e os três filhos pequenos (Isabela entre eles, de dois anos), sem dominar o espanhol” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 293). Ainda, conta que com o pecúlio da venda do seu livro *Cambão* a companheira que vivia com ele pode regressar ao Brasil com os três filhos

(CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 294), e que logo em seguida casou-se com uma chilena, já que para ele a solidão o acompanhava e “um homem deve compartilhar sua vida com uma mulher!” CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 294).

Nos depoimentos das mulheres, por outro lado, só tem um relato que diz ter decidido sobre o exílio, que é o de Vânia⁹. Ela e seu marido eram militantes de uma organização da qual não cita o nome, se exilaram primeiramente no Chile, e posteriormente, de forma separada, para outro país que não menciona. No seu relato, ela fala que a decisão final de sair foi dela, porque “estava muito assustada...” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 111). Para ela a culpa do exílio do casal era dela, já que tinha saído do Brasil, e havia sido ela que ‘desbundou’ e que “havia arrastado o bonzinho”, o que:

Na verdade, vem quem quer, mas você analisa, não lembra que não botou nenhum revolver em cima de ninguém. Eu disse: vou embora, e é claro que queria que meu companheiro viesse comigo. Mas eu dizia: você quer ficar, você fica, eu estou doente, estou isso e aquilo, mas tenho condições de sair. Ele nunca me dizia ‘você foi culpada’. Mas pros outros dizia: ‘ela estava doente e eu vim trazê-la’, quer dizer, ele não ‘desbundou’, quem ‘desbundou’ fui eu. (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 116).

Durante boa parte de seu depoimento, ela traz um sentimento de culpa por ter sido a motivadora do deslocamento do seu marido. E esse processo resultou, segundo ela, em uma retratação constante junto ao grupo social de brasileiros/as no Chile (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 116) e uma autopunição de não estudar e não construir uma profissão (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 117) a fim de que o companheiro tivesse essa possibilidade, já que neste processo todo foi ela a pessoa que ‘errou’.

Com esses três casos (José Maria Rabello, Francisco Julião e Vânia) vejo outro ponto importante sobre o impacto que tem as relações de gênero dentro do deslocamento do exílio. Pareceu aceitável aos homens levarem as suas respectivas esposas e decidirem dentro dos seus respectivos contextos sobre o deslocamento familiar. Porém, quando a decisão partiu de uma mulher a culpa também se tornou

⁸ Marido da Therezinha Rabelo, que tem o depoimento no livro *Memórias (das mulheres) do exílio*, e que destaquei anteriormente.

⁹ Foi apresentando somente o primeiro nome.

presente juntamente com a retratação ao grupo social do qual o casal fazia parte. Possivelmente alguns homens também devem ter se sentido culpado, mas não falaram sobre isso em seus depoimentos que foram publicados no livro.

Vida cotidiana e relações de gênero

Partindo para o exílio em si, um ponto que me propus analisar diz respeito ao fato de que alguns relatos trazem que situações vividas no Brasil passaram a ser diferentes no contexto do exílio. Uma dessas circunstâncias se refere ao trabalho doméstico, que é o que buscarei analisar nesta parte do texto, e que futuramente pretendo aprofundar. Desta forma, também escolhi alguns depoimentos em que esta questão foi apresentada de forma mais explícita pelas depoentes, já que os homens não relataram sobre o assunto.

Eny, que foi ao exílio para acompanhar o seu marido (conforme visto acima), conta que no Brasil ela não trabalhava fora (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 225) e vivia uma vida muito tranquila. Mas na França, o terceiro lugar de exílio, aonde a família estabeleceu residência fixa, ela passou a trabalhar como operária especializada. A condicionante de conseguir um trabalho fora de casa aconteceu em virtude das dificuldades financeiras encontradas pela família, já que com o salário do marido não dava para manter a casa (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 221); situação essa que não era enfrentada por eles no Brasil.

Por conta disso a divisão do trabalho doméstico mudou no seio familiar. Ela conta que no Brasil o seu marido não fazia nada dentro de casa, mas que no exílio “ele ajuda mais, se preocupa em ajudar mais, não sei se é porque trabalho fora, saio para trabalhar.” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 226). Porém, ela ressalva que ele “não gosta de enfrentar o trabalho doméstico, não gosta de dividir não”, e exemplificando com o momento exato da entrevista diz que “Agora eu te pergunto: da hora que ele entrou aqui dentro dessa casa, o que que ele fez? Pegou o prato e comeu. Não faz nada mais nada menos que isso. Quando vocês chegaram, ele tinha terminando de entrar.” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 225-226).

Apesar de suas considerações de conflito, destaco nesse depoimento uma mudança no seio familiar no que diz respeito à divisão do trabalho doméstico em que Eny questiona a participação mais ativa do marido nestas tarefas. Isso tudo pode ser entendido como uma nova configuração das ‘papéis’ que cada um ‘deve/devia’ assumir, ou talvez como uma tomada de consciência por parte dela sobre esses ‘papéis’. Cabe comentar que Eny não relatou participação em grupos de consciência¹⁰, e que possivelmente parece que não acontecia em virtude da sua longa (e muitas vezes dupla) jornada de trabalho.

Similaridade também encontro nos depoimentos, realizados conjuntamente, de Sonia e Angelina. Ambas morram juntas com os seus respectivos companheiros, porém em uma situação muito curiosa, já que Angelina está casada com o ex-marido de Sonia, que é o pai das filhas delas. Mas um ponto comum às duas: o trabalho doméstico. Sonia e Angelina relatam que já tiveram várias brigas com os seus respectivos maridos para a realização do trabalho doméstico; e em um dia específico em que as duas voltaram da reunião de mulheres e a casa estava uma bagunça elas acordaram os respectivos esposos a meia noite para dar bronca e fazerem limpar a casa.

Talvez não seja possível afirmar que para elas o exílio significou uma mudança com relação aos ‘papéis’, que elas como mulheres ‘devem/deviam’ assumir no que diz respeito ao trabalho doméstico, mas como podemos ver representou uma tomada de consciência sobre esses ‘papéis’ e uma maior ação para uma mudança deles. Ainda nesse sentido, é importante relatar que elas participam de grupos de consciência o que denota uma relação com o feminismo de segunda onda, que também questiona essas situações.

Para algumas mulheres, entretanto, o exílio significou em assumir o trabalho doméstico como um todo, função essa que não desempenhavam de forma direta no Brasil por conta de suas situações de classe, já que transferiam a função para empregadas, conforme podemos ver nos depoimentos de Elza Freire e Lucia¹¹.

¹⁰ Conforme Pedro e Wolff (2007) os grupos de consciência emergiram a partir dos meados dos anos 70, nos Estados Unidos, em que mulheres (muitas donas de casa de classe média urbana) passaram a discutir sobre as suas próprias vidas. Isso também aconteceu na França e entre as mulheres exiladas podemos destacar o *Círculo de Mulheres Brasileiras* e o grupo *Nosotras*.

¹¹ Foi apresentado somente o primeiro nome.

No depoimento de Elza Freire, que também saiu do Brasil para acompanhar o marido (conforme depoimento encontrado acima), e que trabalhava como pedagoga, encontro um situação diferencia daquelas supracitadas. No Brasil ela deixava o trabalho doméstico a outras pessoas (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 201), e para ela os três primeiros exílios (Chile, Estados Unidos e Suíça) significaram assumir o trabalho doméstico, dividindo-o com as filhas (e não com os filhos) quando elas se faziam presentes (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 201).

De forma parecida, Lucia, que se exilou na França, e no Brasil era de classe média urbana, em seu depoimento intitulado *França, a primavera de 79*, narra que no exílio apareceu “Pela primeira vez a evidência da miséria do trabalho doméstico como destino de vida: panela, supermercado e solidão o dia inteiro” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980. p. 233). Mas essa atribuição foi somente no início, já que posteriormente ela passou a trabalhar como operária especializada, e não diz se por conta disso passou a fazer dupla jornada.

Conforme Costa (2002), no Brasil tem uma herança da transferência da maternidade e dos cuidados da casa, em que mulheres ricas ‘passam’ as tarefas domésticas a outra mulher, possivelmente pobre, o que as faz não condicionadas ao espaço do lar. A transferência dessas funções não significa, entretanto, que as mulheres são eximidas de outras responsabilidades relativas ao andamento da vida familiar, já que foram, muitas vezes entendidas (todas as atividades domésticas), como feitas por amor ou naturais (MELLO, 2010).

Uma última questão diz respeito ao “paradigma da teoria da modernização”, que a pesquisadora Soraia Carolina de Mello debate na sua dissertação sobre o trabalho doméstico e o feminismo de segunda onda nos países do Cone Sul. Para ela, com base em pesquisas de Ruth Milkman, Ellen Resse e Benita Roth, apenas em “localidades com ruins ou péssimas distribuições de renda e, portanto, com desigualdades econômicas marcantes, poderiam reproduzir”(MELLO, 2010, p. 138) fatores para o serviço doméstico, já que isso só se torna “viável em sociedades em que existem pessoas que tenham uma renda alta o suficiente para poder [...] “sustentar” outra pessoa para que ela execute os serviços domésticos em seu lar, sem penalizar muito a renda familiar total” (MELLO, 2010, p.138).

Neste sentido, percebo que essas mulheres - que passaram a desempenhar o trabalho doméstico no exílio - se aproximam dessa situação elencada por essa pesquisadora, em que no Brasil conseguir “sustentar” uma pessoa para exercer essas funções. Entretanto com o exílio em países menos marcados pelas desigualdades sociais uma nova configuração se deu o que de certa forma influenciou em relação aos ‘papéis’ que ‘deveriam’ desempenhar, o que para elas (e não para eles) significou se dedicar exclusivamente as funções do lar.

Considerações Finais

As obras aqui analisadas tiveram a intenção de transmitir uma ‘imagem’ que os organizadores pretendiam transmitir a partir do momento que selecionaram o que era ou não prioridade estar presente nelas: na primeira parece estar presente uma intenção de denunciar a ditadura; na segunda além de denunciar as atrocidades da ditadura está posta a pretensão de trazer depoimentos escolhidos de mulheres a fim de ‘colocá-las’ na história¹², já que foram praticamente excluídas da primeira obra.

Além disso, essas memórias se relacionam como o momento no qual os livros foram escritos. Nesse sentido, percebo a tentativa de denúncias para que o regime ditatorial chegasse ao fim, a influência do feminismo de segunda onda, principalmente, nos depoimentos de mulheres, o desejo de retorno ao Brasil e a não visualização dessa possibilidade (já que a lei da Anistia só aconteceu em 1979). Essas memórias, publicadas respectivamente nos anos de 1976 e 1980 e recolhidas alguns anos antes, também se apresentam como um primeiro momento de significação do passado vivido, mas que ainda estava presente, já que muitas dessas pessoas ainda não haviam retornado ao Brasil.

De forma preliminar, e a partir das obras aqui analisadas, pude observar que no processo ‘decisional’ do deslocamento do exílio as mulheres foram extremamente marcadas pelas suas relações afetivas e de gênero, o que contribuiu para que elas acompanhassem seus respectivos maridos ao exílio da ditadura civil-militar do Brasil. Outra questão percebida foi de que pareceu aceitável aos homens, quando relataram,

levarem as suas respectivas esposas e decidirem sobre o exílio. Entretanto, quando a decisão partiu de uma mulher a culpa se tornou presente juntamente com a retratação que teve que fazer mediante ao grupo social do qual o casal fazia parte.

Sobre os não ditos dos homens cabe pensar que eles podem representar: uma escolha dada pelos organizadores ou pelos próprios depoentes do livro do que consideravam importante relatar; algo que de fato não aconteceu e por isso não foi narrada; jogos de masculinidades em alguns desses sujeitos narram aquilo que foram ensinados a falar (no qual não entra as relações afetivas ou questões como a divisão das tarefas domésticas), tendo em vista que masculinidade é uma criação/construção, assim como feminilidade, que “determina ou indica” comportamentos e ações aceitos na sociedade.

Sobre a vida cotidiana em si, e nesse ponto específico designado trabalho doméstico, percebo que algumas mulheres relaram que ocorreram mudanças atreladas aos ‘papéis’ que ‘deveriam’ desempenhar. As mulheres (já que só tenho os relatos delas a respeito), a partir das suas vivências variadas (tanto no Brasil quanto no exílio), remodelaram suas vidas assumindo outros ‘papéis’ que não se faziam presente nas suas vidas no Brasil. Para algumas o exílio, nesse âmbito, significou questionamentos e uma tentativa de uma divisão de tarefas mais igualitária, apesar de todas as dificuldades relatadas, e ao para outras representou uma dedicação exclusiva às funções do lar, voltando a assumir velhos ‘papéis’ que pareciam superados dentro de suas vivências no Brasil.

Referências:

AGAMBEN, Giorgio. Política del exilio, **Archipiélago**, n. 26/27, p. 41- 52, 1996.

BACK, Lilian. **A Seção Feminina do PCB no exílio**: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CASTLES, Stephen. Migrações internacionais no limiar do século XXI: questões e tendências globais. In: CASTLES, Stephen. **Globalização, transnacionalismo e novos**

¹² É importante destacar que neste período, atrelada à história oral, emerge uma história que busca retratar as experiências das mulheres.

fluxos migratórios: os trabalhadores convidados às migrações globais. Fim de Século, 2005, p. 15-43.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Revista de Estudos Feministas**, v. 301, p. 2, 2002.

GREEN, Nancy. Dos estudos de migração para os estudos de mulheres para gênero. AREND, Silvia F., RIAL, Carmen S. E PEDRO, Joana M. (Org.) **Diásporas, Mobilidades e migrações**. Florianópolis, Editora Mulheres, 2011. P.35-47.

MELLO, Soraia Carolina de. **Feminismos de segunda onda no Cone Sul problematizando o trabalho doméstico (1970 - 1989)**. 188 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

_____. **Memoria e Utopia: Il primato dell'intersoggettività**. Torino: Bollati Boringhieri editore. 2003.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Circulo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p.55-69, jun. 2007.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1986.

QUADRAT, Samantha Viz (org). **Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

REIS, Daniel Aarão. **As conexões civis da ditadura brasileira**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/02/15/daniel-aarao-reis-as-conexoes-civis-da-ditadura-brasileira-524443.asp>>. Acesso em: 12/05/2014.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: Entre raízes e radares**. Niterói: UFF, 1999.

SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio: e outros ensaios**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2003.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In: SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998. p. 45-72.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. 20(2), jul-dez, 1995, pp. 71-994.

_____. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p.327-351, 2012.

WOLFF, Cristina Scheibe. Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos 1970: um olhar do exílio. In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur Cesar; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello (Orgs). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 31-48

Fontes:

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa; RAMOS, Jovelino (Org.). **Memórias do exílio, Brasil 1964-19???: 1. De muitos caminhos**. Vol. 2. Editorial Arcádia, 1976.

COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) **Memórias (das mulheres) do exílio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.